



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer Audiência Pública para tratar da privatização da Celg GT, no Estado de Goiás.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e na forma do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Minas e Energia, para tratar da privatização da Celg GT, no Estado de Goiás, com os seguintes convidados:

1. Presidente da Celg GT, Sr. Lener Silva Jayme;
2. Representante da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG;
3. Representante Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE
4. Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás - STIUEG; e
5. Representante da ANEEL.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Goiás segue enfrentando uma enorme crise na prestação de serviços de energia elétrica. São inúmeros os casos de reclamações, devido à má qualidade do serviço prestado. A população goiana tem sofrido com os frequentes cortes no fornecimento de energia, praticamente ocorrendo de maneira generalizada em todo o seu território.

Os prejuízos alcançam vários setores da economia, como produtores rurais, frigoríficos, hospitais, além da população que tem sofrido em suas residências, com a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

instabilidade na energia, que tem danificado equipamentos domésticos. Quem depende de equipamentos de refrigeração, no comércio, nas fábricas, tem amargado enormes prejuízos com os produtos estragando, por falta de energia. O reflexo desses prejuízos sofridos por empresários e produtores rurais atinge diretamente a economia, desacelerando seu crescimento, afetando inclusive o emprego e a renda.

Se já não nos bastasse a péssima experiência de privatização no estado, com a prestação de serviços caro e ineficaz da Enel, recentemente o Governo de Goiás, controlador da empresa de participações CelPar, aprovou a privatização da elétrica Celg GT. O modelo de venda da estatal já foi alvo de denúncias devido a pressa com que o Estado está conduzindo o processo, bem como a possibilidade dessa transação trazer enormes prejuízo financeiro aos goianos.

Diante dessa situação e, considerando que a Celg GT é uma empresa pública que dá lucros para o nosso estado, torna-se de extrema urgência que a Comissão de Minas e Energia possa debater essa situação, possibilitando atuação deste parlamento, no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2021.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO

